

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 55

Data: 24 de fevereiro de 1981

Pg.: \_\_\_\_\_

## Notas e informações

### *Solução para o Jari*

O grupo Daniel Keith Ludwig talvez encerre suas atividades no Brasil dentro dos próximos meses. Com a saúde precária, na provecta idade de 83 anos, o empresário norte-americano está cansado de lutar para executar, no Brasil equatorial, um vasto projeto que, após investimentos da ordem de 800 milhões de dólares, sem contar com nenhuma ajuda do governo, fornece hoje emprego a cerca de 40 mil pessoas e poderia assegurar, dentro de alguns anos, o sustento de mais de 100 mil outras, numa área onde, anteriormente, a única atividade econômica consistia na colheita de castanha-do-pará.

A notícia poderá regozijar alguns grupos financeiros que não admitem que um estrangeiro possa realizar uma obra cujo maior beneficiário é o Brasil, um empreendimento que proporciona vultosas receitas em divisas, um investimento que trouxe à mostra um potencial até agora ignorado nessa imensa área inexplorada. Não há dúvida, porém, que o malogro de Daniel K. Ludwig, decorrente de sabotagem muito bem urdida, será como uma mancha na imagem que se tem do Brasil no Exterior. Evidência, com efeito, que, a despeito de todos os esforços que faz o governo, existem no País forças mais poderosas que, sob pretextos falaciosos, impedem a concretização de projetos grandiosos no terreno econômico-social. Nunca se perdoou a Daniel Ludwig o fato de ter arcado sozinho com investimento tão grande. Convidado pelos srs. Roberto de Oliveira Campos e Augusto Trajano Antunes a realizar seus sonhos no Brasil, quando estava com o pensamento voltado para outros países, o empresário norte-americano, farto de ouvir promessas jamais cumpridas e de sofrer ataques de todas as partes, dispõe-se agora a renunciar a seu projeto, cuja execução já se acha bem

adiantada e que até agora não lhe proporcionou nenhum lucro.

Há alguns meses, Daniel Ludwig tentava abandonar somente o Projeto Jari. Nesse caso, o governo certamente teria intervido para salvar o investimento de cerca de 800 milhões de dólares. Um grande empresário brasileiro, dos mais respeitáveis, o sr. Augusto Antunes, procurou evitar a solução drástica. Mais uma vez foi aos Estados Unidos visitar seu amigo Ludwig para convencê-lo a encontrar uma solução favorável ao Brasil. Hoje, esta solução existe, mas depende, em grande parte, de decisões que escapam ao controle da Caemi, cujo dirigente tantas vezes revelou coragem e mostrou o que é o verdadeiro nacionalismo.

Dois espinhosos problemas têm de ser agora resolvidos. Em primeiro lugar, a transferência, para um grupo nacional — que poderia ser a Caemi, controlada pelo grupo Antunes —, das jazidas de bauxita localizadas em Trombetas e em Almeirim. Uma dessas jazidas, tendo sido negociada com a Alcoa, tornou viável um investimento de um bilhão de dólares para produção de alumínio. A transação, aprovada pelo CDE, foi anulada por mão misteriosa, mais poderosa do que o órgão presidido pelo presidente da República... A Alcoa foi informada disso, após haver assinado, na presença do presidente João Baptista Figueiredo, seu projeto de investimento, e deste modo se põe em questão a execução do primeiro grande projeto estrangeiro da Amazônia Oriental... Espera-se apenas que a solução apresentada pelo grupo Antunes permita sair do impasse.

Em segundo lugar, o problema das atividades do Jari centralizadas, sobretudo, num programa de reflorestamento e de uma fábrica de celulose. Para assumir a responsabilidade desse empreendimen-

to, que o empresário norte-americano se dispõe a vender, o grupo Antunes, que já possui larga experiência no Amapá, onde explora manganês e mantém uma fábrica de compensados de madeira e que ora se lança numa grande obra de reflorestamento com vistas à alimentação de uma fábrica de celulose que será iniciada quando as jazidas de manganês estiverem exauridas, está decidido a assumir este empreendimento. Porém, com a participação de sócios. Mas, devido às dimensões do projeto e ao longo prazo de retorno dos investimentos, dificilmente essa sociedade poderá ficar apenas nas mãos de um grupo nacional. Seria necessário encontrar um grupo estrangeiro que, além de know-how e de capitais, pudesse oferecer mercados para os produtos exportáveis.

A solução desse problema não poderá ser encontrada em alguns dias, mas, segundo tudo indica, demandará longos meses. Não depende apenas da boa vontade de um grupo que, já engajado em grandes investimentos na exploração de minérios de ferro, está assumindo, para evitar soluções drásticas, novos compromissos. É preciso saber se o governo brasileiro — o governo de fachada e o outro... — está realmente interessado em ajudar a buscar a saída para o impasse que ele mesmo ensejou.

O Projeto Jari representa, sem dúvida, um sombrio capítulo da história econômica do Brasil e do aproveitamento da Amazônia. Só resta esperar que, a fim de salvar obras concluídas ou projetadas que possam concorrer para a criação de empregos, a obtenção de divisas e a melhor distribuição regional, o governo se mobilize para resolver esses problemas que podem tornar-se trágicos para a Região Norte e até impedir a plena concretização do Projeto Carajás.